

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Balances analíticos e perspectivas de intervenção

Convergências e divergências entre concelhos são, do nosso ponto de vista, as lógicas que se destacam quando perspectivamos as políticas culturais e turísticas da AMP num marco temporal fluido, que contemporiza, na sua amplitude possível, os anos 90 do século passado. A escolha do nível de análise teórico e empírico desdobra-se em torno da *escala concelhia* – concelhos da AMP, com 9 concelhos e correspondentes a centros urbanos específicos – e da *escala metropolitana* – a constituição da AMP enquanto território conjunto e integrado, passível de redes de equipamentos culturais e desportivos e de políticas municipais integradas à escala supramunicipal.

Os traços que conseguimos localizar, à luz dos discursos políticos e dos discursos sobre as práticas políticas das câmaras da AMP, traduzem mudanças relativas quanto à configuração das políticas globais para o concelho e, em última instância, para a cidade, e com repercussões no próprio território metropolitano.

Os eleitos locais da AMP não só associam, política e simbolicamente, a cultura e o turismo enquanto vectores transversais aos projectos do desenvolvimento intraconcelhio, como constroem representações políticas e simbólicas sobre o território metropolitano que dimensionam, num painel de cruzamentos intersticiais, lógicas de afirmação territorial municipal, de cooperação sectorial entre alguns concelhos, de convergência quanto à natureza da oferta cultural e turística; mas, de igual modo, e no outro pêndulo da relação, lógicas de competitividade intermunicipal, de não articulação política na temporalidade da oferta, e na criação e nos usos dos equipamentos culturais e desportivos, de não planeamento conjunto na criação de uma oferta turística regional, de divergência quanto à liderança política do projecto metropolitano e aos equilíbrios possíveis entre as necessidades e as especificidades culturais e turísticas intraconcelhias e supramunicipais.

A extensão formal da AMP, resultado das exigências jurídicas que a partir de 2004 configuram o novo modelo territorial das áreas metropolitanas no país, não indicia discursos políticos e discursos sobre as práticas políticas diferentes daqueles que, num painel de 9 concelhos, conseguimos localizar. Se posicionarmos uma nova problematização reconfigurando o nosso objecto empírico, a GAMP enquanto novo modelo territorial da AMP, composta por mais 5 concelhos e com uma contiguidade territorial definida a partir dos concelhos da orla mais interior, não traduz, e à data de 2007, reposicionamentos políticos diferentes entre os respectivos eleitos locais, que, em 9 dos 14 concelhos, revalidam os seus mandatos políticos.

Especificidades dos discursos políticos e dos discursos sobre as práticas políticas comportam *pontos de convergência* entre os concelhos da AMP. Em primeiro lugar, a cultura deixa de ser um *não-lugar político* e constitui uma prioridade de intervenção entre os 9 concelhos, particularmente entre aqueles que, face à centralidade funcional do concelho do Porto, mais dificuldades infraestruturais têm no período em análise. Ao longo da década de 90 do século XX, os programas políticos e os planos e relatórios de actividades das câmaras, e as práticas políticas objectivadas pelos próprios eleitos locais, enquadram princípios estratégicos de actuação e prioridades de investimento político e social que apresentam a cultura como um dos factores necessários para o desenvolvimento global do concelho.

Nalguns casos, e contrariamente àquilo que num primeiro nível de problematização teórica estaríamos à espera de encontrar, aquela forma discursiva peculiar afigura-se-nos como tal logo após o 25 de Abril de 1974, nos primeiros anos da existência política das autarquias. Não deixa de ser significativo que os eleitos locais prefigurem nos projectos políticos de finais dos anos 70 e dos inícios da década de 80, aspirações que só muitos anos mais tarde, e já em plena década de 90, conseguirão operacionalizar. Particularmente, se atendermos a que as competências jurídicas e políticas e os recursos das autarquias não são, naquela data, compatíveis com universos tão alargados de intervenção. As prioridades políticas definem-se, assim, e desde logo, fazendo parte do processo de afirmação da lógica

representativa da democracia política recentemente constituída, na tentativa de dotar o concelho das infra-estruturas básicas e de ultrapassar aquilo que se convencionou designar, em princípios dos anos 90, por *grau zero do poder local* (Mozzicafreddo, 1993). As dificuldades subjacentes ao processo de desenvolvimento dos concelhos, e as descoincidências temporais e políticas entre os discursos e as práticas dos actores concelhios, permitem-nos, mais do que compreender os diferentes posicionamentos assumidos pela cultura no quadro institucional das autarquias, analisar a temporalidade em que adquirem uma centralidade política relativa. E esta, conseguimos localizá-la ao longo da década de 90.

Para além da transversalidade da lógica de afirmação a qualquer um dos concelhos da AMP, os contrastes históricos e institucionais próprios de cada autarquia enformam, em última instância, os percursos políticos desenvolvidos e os cenários culturais locais, tanto na componente da oferta/criação como na da procura/recepção locais. E na relação desigual entre concelhos com contiguidade territorial, com fluxos de pessoas, bens e serviços que vão posicionando, entre as décadas de 80 e 90, os seus lugares periféricos nas relações com o centro económico e cultural, o Porto, os concelhos da AMP reconfiguram-se nessa temporalidade, com especificidades sócio-demográficas e económicas, culturais e turísticas, que os redefinem, pela reciprocidade da relação com o centro polarizador da região, como centralidades alternativas.

O posicionamento da cultura nas representações dos eleitos locais sobre os projectos e as práticas políticas adquire legitimidade política porque decorre também das mudanças do próprio real social local. As necessidades sociais das comunidades locais, e que politicamente se perspectivam como as da qualidade de vida e da formação e exercício da cidadania, traduzem uma outra reflexividade sobre o social que os próprios actores sociais protagonizam. E o equilíbrio entre as duas dimensões da relação – as necessidades e potencialidades da vida local inscritas territorialmente, e as competências e os modos de exercício do poder local –

é a matriz transversal às representações dos autarcas sobre a natureza da sua própria prática política e os processos do desenvolvimento local sustentado.

A centralidade da cultura nos discursos políticos locais não corresponde necessariamente a concretizações efectivas, e em tempos políticos e sociais coincidentes com os das formulações intencionais. A análise documental permite-nos aferir velocidades diferentes e desencontros entre os dois níveis, o *representacional* e o da *reflexividade*, e o da *prática*.

Dando mostras de processos mais lentos de configuração social e política, e evidenciando aquela mesma centralidade, a cultura tende a ocupar um outro lugar na macroestrutura autárquica: do ponto de vista organizacional, e de uma situação de facto de inexistência política, os serviços culturais autárquicos adquirem, paulatinamente, e ao longo dos anos 90, um posicionamento organizacional e político mais visível, mais autónomo, e com atribuições, competências, recursos e técnicos próprios.

Não esqueçamos, porém, que a autonomia efectiva que adquire nos desenhos organizacionais das autarquias não deixa de comportar outros constrangimentos institucionais e políticos, que no caso do exercício da gestão técnica e da prática política sobre as prioridades culturais municipais se afiguram relevantes: os equilíbrios sectoriais no seio da organização, confrontando-se representações políticas diferenciadas intra-autarquia sobre a maior ou menor legitimidade política e social da intervenção cultural no concelho; as prioridades orçamentais e a hierarquização política dos gastos municipais na cultura; as equipas de técnicos dos serviços culturais, mais amplas e diversas, mas nunca suficientes para as exigências da política cultural municipal; ou a acumulação de pelouros na mesma figura política, que, por um lado, permite uma abordagem intersectorial dos recursos humanos e logísticos, e uma visão integrada da cultura em relação com outras áreas, por outro, não deixa de constituir-se como obstáculo. Os discursos dos eleitos locais são claros, e mesmo entre as câmaras com maiores orçamentos anuais:

os obstáculos financeiros e técnicos são estruturantes das práticas políticas no campo da oferta cultural municipal.

Perante a amplitude política e social que a cultura adquire nos contextos locais do exercício do poder, não se escamoteia a diversidade relativa com que tal processo se institucionaliza. Às prioridades primárias do desenvolvimento local, e que os actores sociais objectivam segundo modos mais reflexivos do que aquilo que *a priori* os perfis políticos e as práticas políticas nos sugeririam, subjazem representações políticas sobre outras dimensões da identidade de um território e da qualidade de vida quotidiana local. A cultura aparece segundo representações polissémicas, nos sentidos e nos campos de possíveis da prática política.

A diversidade e a amplitude da oferta cultural local são outros elementos de aproximação interconcelhia. Os projectos de animação cultural enquadram-se em exercícios políticos mais sistemáticos, concertados e organizados, que reflectem já não só áreas de interesse particulares dos actores políticos directamente responsáveis (presidências e/ou vereações de câmara), mas principalmente a afectação de recursos financeiros à área da cultura, a existência de técnicos culturais, pequenas equipas operacionais que suportam o trabalho cultural da autarquia, e novos modos de perspectivar, política e socialmente, a cultura.

As autarquias procuram equilibrar na oferta local modalidades culturais diferentes, que se enquadram tanto em traços da *cultura popular* como em universos mais próximos da *cultura erudita* e das *indústrias culturais* (Santos, 1988). A criação de estratégias públicas de formação e educação dos públicos para a *cultura erudita* e para a produção cultural, salvaguardando-se a acção pedagógica e educativa subjacente aos projectos e aos actores culturais envolvidos, vai no sentido da ideia atrás apontada. As representações sobre a cultura assentam no cruzamento entre aqueles níveis de expressão cultural, cabendo aos municípios o investimento político e social nas formas de *cultura cultivada*, dando mostras que, para além da dotação de equipamentos culturais, a política cultural tem subjacente o princípio da formação dos *gostos diferenciados* e dos *usos sociais e individuais diferenciados* das

propostas culturais locais. As tradições culturais locais, situadas no painel da *cultura popular*, e transbordando uma diversidade territorial que reporta às historicidades de cada concelho, são apanágio das práticas associativas, mesmo entre aquele que detém a centralidade cultural quanto às manifestações artísticas contemporâneas – o concelho do Porto.

Indissociável das práticas culturais locais, perspectivado no âmbito dos nossos interesses apenas pelas possibilidades mais amplas da oferta municipal, o aumento progressivo dos investimentos financeiros e logísticos na área da cultura tem sido uma outra componente mais ou menos comum à actuação política das câmaras da AMP. As parcelas do orçamento global das autarquias previstas para a área da cultura cresceram nos últimos anos. Uma substancial parte desse crescimento reflecte o investimento feito na construção de infra-estruturas locais com valências culturais e desportivas: a criação de uma rede de equipamentos. Os centros municipais de animação cultural (casas da cultura ou centros culturais) aparecem na década de 90 como os principais suportes físicos e institucionais dos programas municipais de animação cultural.

As políticas culturais dos concelhos da AMP dimensionam-se, assim, em torno de dois objectivos estruturantes: a criação de uma *rede municipal de equipamentos*, que potencie a criação/produção e os usos culturais e artísticos; a criação de uma *oferta cultural local*, permanente e auto-sustentada, e a formação de *públicos para a cultura*. Há um alargamento da rede municipal de equipamentos de utilização colectiva ao longo da década de 90 nos concelhos da AMP. Alargamento territorial à escala intraconcelhia, sem que a centralidade funcional, quantitativa e qualitativa do concelho do Porto, se dilua. Face às necessidades locais e aos investimentos financeiros e políticos, o alargamento da rede de equipamentos dá-se ao nível dos equipamentos formalmente designados como equipamentos básicos, se atendermos à oferta e aos usos sociais: as bibliotecas, na relação estreita com as práticas da leitura; os museus, reforçando os projectos de valorização patrimonial e da historicidade do concelho; os auditórios e os espaços de exposições. Qualquer

um deles adquirindo polivalência de usos e de possibilidades de intervenção cultural e artística.

Podemos registar que o alargamento dos equipamentos culturais municipais não se dissocia do alargamento da rede de equipamentos desportivos no concelho. A escala dos investimentos políticos e financeiros e a dispersão territorial mais equilibrada intraconcelho são mais visíveis nestes do que naqueles. Sem posicionarmos aqui a maior centralidade política que o desporto parece assumir nalguns momentos do exercício da actividade política, retenhamos apenas, e de acordo com as dimensões de análise do nosso objecto, que o desenho da oferta desportiva municipal não se dissocia do desenho da oferta cultural. No período em análise, são visíveis na AMP o alargamento das infra-estruturas culturais e desportivas, e das potencialidades turísticas da oferta cultural e desportiva; a menor centralidade sectorial do Porto e o aparecimento de equipamentos, bens e serviços naquelas áreas que se coadunam com a valorização do património arquitectónico urbano e a territorialização da oferta municipal de cultura.

Uma outra regularidade ressalta da análise conjunta dos 9 concelhos e que, mais uma vez, nos sustenta o exercício da lógica de convergência analítica e social entre eles: a associação estreita entre as manifestações culturais locais e as potencialidades turísticas daí advenientes para os concelhos. É explícita no discurso político a legitimidade política e económica do investimento público e privado no turismo e, nalguns casos concelhios e para os últimos anos de gestão política, no *turismo cultural*.

Se atendermos às especificidades de cada concelho, nomeadamente às suas potencialidades turísticas, desde logo diferenciadas pelas próprias características geográficas, o turismo é perspectivado politicamente, e desde os primeiros anos do exercício do poder local, como um dos pólos da atenção política dos concelhos da AMP, nas suas mais diversas vertentes. Todos eles têm manifestado preocupações políticas com o desenvolvimento do turismo local. E algumas das representações políticas sobre as potencialidades turísticas dos territórios radicam nas

historicidades dos concelhos, e nas relações estreitas que desde o século XIX alguns deles têm com o mar e o rio. Espinho, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia são concelhos situados na *orla marítima* e, desde os inícios do século XX, com práticas de um *turismo balnear*, estreitamente associadas a práticas de lazer de grupos sociais provindos dos concelhos limítrofes. Por seu turno, concelhos situados na *orla mais interior* da AMP, e cuja acentuada componente rural foi substituída pelo estatuto, objectivo e simbólico, de concelhos dormitório, e pelo crescimento dos sectores industrial e dos serviços, como Gondomar, Maia e Valongo, têm procurado nos últimos anos desenvolver outras formas de oferta turística: no caso do concelho da Maia, o *turismo de negócios* e, no caso do concelho de Valongo, o *turismo de natureza*.

Em qualquer um dos casos, porém, os discursos políticos dos eleitos locais da AMP valorizam o turismo como um outro factor de desenvolvimento dos concelhos, particularmente a partir da associação entre as manifestações culturais locais e regionais e os motivos de vinda e de estada dos potenciais turistas na região. Nesse sentido, as políticas turísticas adquirem, em consonância com o próprio investimento político e simbólico, uma dimensão económica e social transversal aos próprios concelhos.

Associada a esta relação, encontramos também o alargamento das infra-estruturas desportivas locais, para usos da população local, mas, nalguns casos, e entre os *concelhos da orla litoral*, para usos nacionais e internacionais, dimensionando, mais uma vez, a relação entre a oferta cultural e a oferta desportiva com potencialidades de projecção exterior do concelho e com virtualidades para usos turísticos, ainda que, nalguns casos, sazonais e conjunturais. Os investimentos feitos no alargamento de equipamentos com fins turísticos, em menor escala, processa-se ao longo dos anos 90. As disparidades são maiores entre os concelhos, atendendo a que a oferta de equipamentos com fins turísticos, e pensemos apenas na oferta hoteleira, é descoincidente entre os *concelhos da orla litoral* e os da *orla mais interior* da AMP: os primeiros são mais dotados deste tipo de infra-estruturas e são alvo de

maior procura turística. A centralidade do Porto é mais visível neste campo e a própria política turística municipal direcciona-se para a valorização das duas modalidades de turismo possíveis na cidade do Porto: o *turismo cultural* associado ao *turismo de negócios*. O Porto, como cidade que se enquadra no perfil das designadas *city break*, é aquele cujos recursos políticos dimensionam uma política integrada com actores económicos e turísticos da região.

Assinalemos outras convergências interconcelhias: a promoção de eventos culturais com influência supramunicipal (regional, nacional e internacional), a contínua preocupação estratégica com a revitalização do tecido social e do associativismo cultural e o investimento na revitalização e manutenção do património local a partir das possibilidades criadas pelos financiamentos nacionais e comunitários dos últimos anos. Como território metropolitano, a AMP constitui, nas mais diversas dimensões sociológicas, um espaço social múltiplo, marcado por assimetrias sócio-demográficas e, porque não, relativas ao campo cultural local. A análise diacrónica comparativa, ainda que dentro de certos constrangimentos da prática da investigação, e, como tal, de limites nas possibilidades da leitura horizontal, permite-nos visualizar as convergências acima indicadas. Não esqueçamos, porém, que obedecem também a tempos e a espaços sociais de afirmação que se inscrevem nas particularidades territoriais e políticas dos concelhos e dos modos de exercício do poder político local.

Uma outra particularidade, e na sequência dos pontos anteriores, parece-nos significativa: na AMP os posicionamentos político-partidários são relativamente contínuos entre 1976 e 2005, com uma fragmentação das câmaras no binómio socialistas/sociais-democratas. A partir de 2001 deixa de ser um espaço metropolitano de feição socialista maioritária para integrar um maior número de câmaras sociais-democratas. Não analisamos as políticas culturais tendo em linha de conta a pertença político-partidária dos eleitos locais e os quadrantes ideológicos dos partidos no binómio esquerda/direita (Silva, 2003). Parece-nos que tal variável se dilui, e do ponto de vista das representações sobre a cultura e a política cultural,

quando perspectivada ao nível do exercício do poder local. Ressaltemos apenas que o poder político nos executivos da AMP é masculino e com trajectórias de liderança assentes na continuidade dos mandatos em certos actores políticos, o que, em parte, se articula, com o modo como eles próprios perspectivam a temporalidade das prioridades políticas e das políticas sectoriais, como as culturais e turísticas. À estabilidade dos projectos políticos corresponde uma inscrição territorial dos municípios de feição socialista e de feição social-democrata na AMP.

Se esta temporalidade prolongada no poder – a *longa duração do exercício do papel político do autarca* – questiona também as práticas políticas e as bases da sua legitimação, num outro sentido, e nalguns dos concelhos analisados, constitui um elemento que viabiliza os processos do desenvolvimento local, quando as intenções políticas se projectam na longa duração, e se legitimam no funcionamento dos regimes políticos democráticos – a legitimidade dada pelo voto. No caso, na área da criação de uma oferta cultural municipal permanente, na dotação e dinamização de uma rede de equipamentos municipais básicos para os usos dos residentes locais, e na formação, fixação e alargamento dos públicos culturais. É na longa duração que se tornam visíveis os efeitos, no território municipal, do capital político e simbólico e do capital económico lançados por via das políticas culturais e turísticas. E, sem esquecermos, como já referimos, as especificidades dos processos políticos de cada concelho, as políticas culturais concelhias da AMP integram-se nas políticas mais globais do desenvolvimento local e pautam-se por dois vectores que se coadunam com a longa duração: a criação e a dinamização dos equipamentos culturais, a criação da oferta cultural municipal, que cruze a transdisciplinaridade dos campos cultural e artístico, e a formação dos públicos e das competências da recepção cultural, como também dos criadores culturais locais.

Mas a cultura, ao dimensionar-se no âmbito do discurso político, dimensiona-se de modo diferenciado. Podemos dizer que, apesar do alargamento do quadro cultural concelhio, as disparidades interconcelhias existem e configuram assimetrias estruturais mais globais. E que, do nosso ponto de vista, alicerçam,

igualmente, assimetrias quanto às potencialidades turísticas efectivas dos concelhos da AMP. Senão vejamos.

Primeiro, a centralidade do Porto continua a constituir o factor por excelência da competitividade cultural e turística da AMP. Quer quanto à rede de equipamentos culturais que detém, quer quanto à diversidade e amplitude da oferta cultural municipal, quer ainda quanto às possibilidades da formação cultural e artística dos actores sociais residentes e não residentes no concelho. As centralidades culturais que encontramos noutros concelhos limítrofes ao Porto são, antes de mais, *centralidades endógenas*, isto é, centralidades criadas para os usos das comunidades residentes nos municípios. E são-no, tanto para contrariar os efeitos do estatuto de concelhos dormitório que, de alguma forma, fragmenta identidades e sentimentos de pertença territorial – Maia, Gondomar e Valongo são concelhos em que estes traços se configuram com mais clareza sociológica; como para dinamizar, a partir de valências naturais e sociais particulares, e que se inscrevem na historicidade política e sócio-cultural do concelho, consumos endógenos e produtos culturais que, em determinadas circunstâncias e segundo certas orientações políticas, são capazes de potenciar procura externa aos concelhos e posicionar a centralidade cultural difusa destes territórios.

De uma forma ou de outra, as políticas culturais municipais da AMP apoiam-se nos princípios da democratização cultural e da descentralização cultural. Mas as possibilidades políticas e sociais são *a priori* diferenciadas, e estruturalmente condicionadas pela macrocefalia cultural e artística – redimensionada, é certo – que o centro urbano do Porto possui, quanto a equipamentos, a criadores e a públicos, e apenas para referirmos alguns dos protagonistas do campo cultural local. A estratégia global de concretizar um *serviço público* – neste caso pelo poder local – nas áreas inter-relacionadas da criação e da produção, da formação, da distribuição e intermediação, e da recepção cultural e artística é mais exequível num concelho como o do Porto do que na malha municipal circundante. O posicionamento dos projectos metropolitanos, e da articulação das lógicas municipais de exercício dos

investimentos nalguns eventos e equipamento culturais, parece-nos uma das estratégias políticas que redimensiona o lugar das centralidades culturais difusas dos municípios da AMP e que, a partir da reciprocidade de actores, de investimentos e de produtos e bens culturais e artísticos, potencia a centralidade da própria região.

Constatamos, de igual forma, que as políticas culturais municipais carecem ainda de diagnósticos sistemáticos sobre públicos, tanto na sua configuração sociológica como nas condições (espaços, tempos, modalidades) em que estes públicos se apropriam das manifestações culturais e artísticas. O Porto, pela sensibilidade política de certos eleitos locais e pelas prioridades políticas que a cultura assume em determinados momentos da história do pelouro da cultura – o *pelouro da animação da cidade*, como designado nos anos 90 – é aquele que ao longo desta década concretiza essa outra dimensão de avaliação das políticas culturais implementadas. A análise do nosso objecto empírico mostra-nos que há sensibilidade entre alguns autarcas, e particularmente entre as vereações culturais, para a necessidade de perspectivar as políticas culturais a vários níveis: diagnóstico, concepção, implementação e avaliação. A sistematicidade e a profissionalização são, segundo os eleitos, coordenadas presentes na gestão política e técnica dos serviços culturais. Porém, constituem ainda dimensões não totalmente exploradas e visíveis nas práticas políticas municipais. São, parece-nos, dimensões que o poder político local reposiciona à medida que determinados eventos culturais de referência dos concelhos – e registe-se que qualquer um dos concelhos da AMP o tem, mesmo que com amplitudes diferentes – se consubstanciam, tanto pela oferta como pelos públicos criados.

Os equipamentos culturais são cruciais na organização institucional da oferta municipal. Quando os perspectivamos, ponderamos a dotação concelhia e metropolitana de tais equipamentos e a sua funcionalidade. Deste ponto de vista, as relações de articulação, de complementaridade e de competitividade e liderança interconcelhia assumem-se como relevantes na análise da rede de equipamentos

municipais, e com fins que, politicamente, podem ser perspectivados à escala supramunicipal. Algumas das conclusões que sistematizamos redimensionam o diagnóstico feito na década de 90 a propósito dos equipamentos culturais existentes na AMP (Babo, 1993). O que traduz as mudanças entretanto verificadas ao longo desta década e que espelham os investimentos políticos e financeiros na área da cultura e na dotação dos concelhos de uma rede básica de equipamentos. Mas, se bem que o alargamento da rede de equipamentos culturais na AMP continue a manter-se - não esqueçamos que os ritmos interconcelhios são diferenciados - a debilidade dos equipamentos culturais existentes em alguns concelhos, bem como a falta ou escassez de recursos humanos especializados e profissionalizados podem ser perspectivados como traços ainda susceptíveis de um investimento político, como um outro patamar de uma outra etapa das políticas culturais locais.

E, por último, e mesmo que as convergências até o justifiquem, torna-se visível, a partir da análise dos discursos e das fontes documentais, que não tem havido entre os municípios da AMP um esforço metropolitano na concepção, implementação e avaliação de uma política cultural conjunta ou, pelo menos, de certas dimensões de uma política cultural supramunicipal. Destaquemos a temporalidade da oferta, a criação e a dinamização de certos equipamentos, e a oferta de certos bens e serviços, que, pelo seu âmbito e pelos recursos exigidos, se operacionalizam por via do esforço metropolitano.

Recuperemos, de igual modo, uma interrogação anterior. Partindo do pressuposto de que o modelo territorial metropolitano continua a fazer sentido, porque perspectivado para fomentar uma gestão integrada das condições de desenvolvimento das regiões e das populações, porque não pensarmos as políticas culturais também elas em termos metropolitanos? A área da cultura nestas cidades e, mais do que isso, nestes concelhos, continua a prescindir de um enfoque político metropolitano. É nossa convicção que pode ter uma expressão maior se for equacionada também a nível metropolitano, ou seja, se houver uma aproximação

entre as políticas e as acções desenvolvidas pelos municípios nestas matérias, de modo estratégico, sistemático, concertado e coordenado.

Na legislação de 1991 relativa às áreas metropolitanas, a cultura e o lazer, o desporto e o turismo, por exemplo, não são formalmente enquadrados, o que, em parte, explica as contrariedades políticas dos autarcas em conciliar objectivos, investimentos e acções. A nova legislação de 2003 passa a contemplar como atribuições das áreas metropolitanas o apoio à cultura e ao turismo e os apoios ao desporto, à juventude e às actividades de lazer. Não constitui nosso objectivo perceber o seu alcance, mas diríamos, e a partir de registos observacionais que temos no momento presente sobre a GAMP, que os efeitos que esta alteração produziu nos discursos e nas práticas políticas dos autarcas não reflectem novos posicionamentos metropolitanos. O que é certo é que, perante um cenário de não regionalização efectiva do território português, uma das variáveis com acentos particulares nos discursos de alguns dos eleitos locais, o esforço de viabilizar políticas estratégicas de concertação metropolitana torna-se, do ponto de vista representacional dos autarcas, pouco possível, quando não, política e institucionalmente, insustentável.

As redes locais de equipamentos também nos suscitam algumas interrogações quando perspectivadas segundo uma possível lógica supramunicipal. Em primeiro lugar, e observando os 9 concelhos da AMP, assistimos à diversidade de situações e de condições municipais quanto à estrutura sectorial das redes municipais dos equipamentos, às características técnicas e funcionais dos equipamentos existentes, à escala das acções e actividades desenvolvidas e ao tipo de promotores dos equipamentos culturais. Por outro lado, há ainda carências nalguns concelhos quanto à rede básica de equipamentos como os do livro e da leitura, os museus e os arquivos históricos, os auditórios e as salas de espectáculos, as escolas profissionais e artísticas.

Em segundo lugar, mantém-se a concentração de equipamentos no concelho do Porto, quer falemos no número, na diversidade tipológica, na qualidade e escala

dos serviços prestados e na área de influência dos equipamentos, quer na localização dos equipamentos de iniciativa central, de iniciativa pública municipal (museus) e privada ou mista (salas de espectáculos, galerias de arte, escolas de formação e de ensino artístico, auditórios, salas de cinema). Em contrapartida, verifica-se a centralidade do Porto quanto aos equipamentos mais especializados e inovadores e de produção artística profissional: os demais concelhos da AMP concentram, e após um investimento político e financeiro de alguns anos, conjuntos de equipamentos básicos.

Digamos, igualmente, que não há uma lógica metropolitana na rede de equipamentos culturais, no caso, de estatuto municipal. Não há práticas de compatibilização entre políticas culturais concelhias e, na maior parte dos casos, o desconhecimento dos equipamentos existentes nos concelhos vizinhos não constitui uma variável explicativa de tais posicionamentos políticos. Pelo contrário, o conhecimento recíproco quanto às dinâmicas culturais (eventos e públicos), aos equipamentos municipais e às especificidades da oferta de cada município são argumentos utilizados pelos próprios eleitos locais para fundamentarem opções e práticas políticas no investimento cultural e desportivo. Diríamos que são mais factores de bloqueio político ao desenvolvimento de parcerias conjuntas, por exemplo, uma certa competitividade política e cultural entre concelhos e lideranças, uma aspiração por uma certa legitimação social e simbólica da centralidade difusa no campo cultural local; mas também os desequilíbrios estruturais significativos quanto à escala dos equipamentos e aos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis, e o posicionamento sempre negociado das prioridades políticas e sociais dos investimentos na cultura face a outras áreas do desenvolvimento local.

Acresce ainda uma outra regularidade: são negativas as representações dos eleitos locais sobre a viabilidade global do projecto metropolitano. Contudo, dependem deste a afirmação territorial e simbólica da AMP, a concretização de uma política turística regional – com a afirmação institucional e simbólica da marca *Porto*

e Norte de Portugal – e o alargamento da amplitude da oferta cultural para níveis de expressão artística mais especializados. As cidades são os espaços culturais e turísticos privilegiados da representação e da prática política, com ofertas intraconcelhias que potenciam as sinergias económicas e sociais locais. Entre os *concelhos da orla litoral* da AMP as potencialidades da oferta de um *turismo cultural*, associado a um turismo balnear e a um turismo de negócios, são mais centrais e viáveis à escala municipal do que nos concelhos com uma *relativa interioridade territorial* e que perspectivam, para além de modalidades de turismo, como o cultural e o de negócios, outras associadas às valências naturais locais, como o turismo rural e o eco-turismo. A centralidade funcional do concelho do Porto mantém-se quanto à oferta cultural e turística, contudo com maior fluidez e transversalidade das fronteiras.

De qualquer forma, e não esquecendo as assimetrias socioeconómicas e culturais interconcelhias, parece-nos fazer todo o sentido que os actores locais, e no caso concreto, os actores políticos eleitos, ao pensarem culturalmente o concelho tenham em atenção, entre muitos outros aspectos, a coerência do espaço metropolitano ao nível dos equipamentos culturais e desportivos em rede; a concertação das políticas culturais e a organização sistémica dos equipamentos, de modo a produzir efeitos de escala que potenciem novos públicos e novas dinâmicas culturais; e, por fim, a construção de um projecto cultural metropolitano. Por outras palavras, e nalguns casos são os próprios eleitos locais que o assumem, cabe-lhes desenvolver mecanismos de aproximação entre as políticas culturais municipais, com a criação e a racionalização de equipamentos e o desenvolvimento de iniciativas e de projectos de animação cultural que consubstanciem identidades metropolitanas no exterior. O posicionamento político do órgão deliberativo e executivo da AMP torna-se, por exemplo, uma das variáveis deste processo que tipifica maiores divergências: os conflitos pessoais entre os próprios eleitos locais são constrangimentos à negociação concertada das práticas políticas culturais metropolitanas.

Acrescem a estes elementos, e entre as representações dos próprios eleitos locais e actores sociais entrevistados, as insuficiências legais do diploma sobre as áreas metropolitanas, a exiguidade dos recursos à escala metropolitana, as prioridades políticas diferenciadas entre os representantes políticos, a falta de visibilidade política e de estrutura organizacional operacional da Junta Metropolitana da AMP, ou ainda o estatuto diferenciado que a cultura e o turismo têm, e decorrente da sua própria natureza ideológica: são vectores sectoriais das políticas globais do desenvolvimento que, à luz dos discursos analisados, só se consubstanciam quando integradas nas lógicas económicas de funcionamento dos mercados e da produção de riqueza. Mas estas, diríamos, também se auto-sustentam quando em articulação ponderada com os processos culturais e turísticos, e a uma escala local e regional, tais reposicionamentos transversais adquirem maior pertinência e viabilidade, na articulação do local e do global.

A diversidade das dinâmicas culturais decorre também de um esforço metropolitano de coordenação e de cooperação políticas. À escala metropolitana, os equipamentos culturais são tanto mais instrumentos privilegiados de planificação e realização das actividades culturais quanto mais concebidos numa lógica de rede intermunicipal e metropolitana.

A pesquisa mostrou-nos, de igual forma, e numa articulação estreita com aquilo que constitui o espaço metropolitano, a nem sempre coincidente representação territorial entre os interlocutores. Os actores sociais entrevistados, particularmente os eleitos locais, integram, por vezes, outros concelhos que não os 9 que definem até 2004 a AMP, espelhando o conhecimento dos interesses e negociações políticas para a integração dos novos concelhos na GAMP e/ou uma pré-noção diferenciada do espaço de relações pendulares, de trocas efectivas e de intercâmbios simbólicos no território aqui presente. Estas preocupações analíticas, no futuro, poder-se-ão estender a outros limites territoriais e sociais da Região Norte, perspectivando-se as especificidades e similitudes das dinâmicas culturais e turísticas de outros concelhos, inclusive naquilo que alguns trabalhos recentes do

INE reposicionam como a região envolvente da AMP, nos limites norte, sul e este (INE, 2004), e que reconfiguram a legitimidade formal e social da delimitação territorial da AMP e, inclusive, da actual GAMP.

O enquadramento jurídico e formal das áreas metropolitanas suscita maiores competências aos concelhos no sentido em que exige a coordenação intermunicipal e metropolitana no apoio ao turismo e à cultura e nos equipamentos de utilização colectiva. Porém, a vontade de cooperação política e a disponibilidade de recursos financeiros alternativos para um trabalho articulado metropolitano, como ainda as prioridades políticas concelhias, tornam difícil reajustar as lógicas metropolitanas de convergência. O posicionamento dos eleitos locais entrevistados deixa transparecer mais um cepticismo político quanto aos preâmbulos legais das áreas metropolitanas. Se a inviabilidade das práticas políticas conjuntas segundo prioridades metropolitanas é questionada pelos próprios eleitos locais membros da AMP, tal leva-nos a pensar que existe contradição política entre os autarcas, já que um dos preâmbulos jurídicos prevê que os concelhos permaneçam por 5 anos enquanto membros de um espaço metropolitano.

Por outro lado, a lógica de convergência metropolitana sustenta-se a partir da estrutura policêntrica que a AMP tem, e particularmente a partir do momento em que os concelhos limítrofes ao do Porto não só assumem algumas especificidades sócio-demográficas – ganhos populacionais de residentes e por via do crescimento natural – como criam outras centralidades – urbanas, de lazeres, residenciais, de equipamentos culturais e desportivos – que os posicionam com alguma autonomia face à centralidade funcional do Porto. Neste sentido, perspectivamos os vectores da cultura e do turismo com uma relativa centralidade face à contiguidade territorial dos outros concelhos e à centralidade do Porto, e para além da configuração propriamente metropolitana, nomeadamente entre os municípios da segunda coroa da AMP. De que modo? O primeiro vector, com a criação da oferta local municipal; o segundo, com as potencialidades decorrentes dos recursos naturais locais e, a partir de finais dos anos 90, de certos eventos culturais e desportivos.

O confronto com os actores políticos e culturais locais e as diversas fontes documentais colocam-nos perante alguns dilemas metodológicos, como igualmente problemas teóricos que se nos afiguram relevantes no contexto da discussão que, de alguma maneira, a análise do nosso objecto procura desencadear. E, tendo como fio condutor que a transformação da cidade e do concelho se processa por via da produção cultural e das dinâmicas turísticas que potencia, o trabalho do sociólogo configura-se num possível duplo papel profissional – o do estudo científico dos processos sociais e o da intervenção estruturada e participada sobre essa mesma realidade social.

Desse ponto de vista, algumas questões, a propósito destas e de outras dimensões de análise do universo das políticas culturais locais, afiguram-se-nos legítimas. Por um lado, partilhamos o pressuposto seguinte: as políticas culturais fundamentam-se em exercícios sistemáticos de diagnóstico e de avaliação. Daí que, num sentido sociológico, mereça atenção científica e política a análise diacrónica da configuração política e social da oferta e da procura culturais à escala dos municípios portugueses. Nomeadamente, entre aqueles que, mesmo numa situação de não centralidade territorial – concelhos do interior do continente português – e de não centralidade cultural e turística, direccionaram, dos anos 90 em diante, e ao abrigo dos programas de financiamento do poder central e dos programas comunitários, recursos para a criação de uma oferta cultural municipal.

Outras questões se colocam, e para as quais o posicionamento de respostas é menos linear e definitivo. Por exemplo: de que modo é possível assegurar a sustentabilidade do investimento político e social na área da cultura, nas suas mais diversas manifestações, à escala local e supramunicipal? A pesquisa empírica que realizámos situou-se num momento de crise económica, internacional e nacional, que, ao nível das políticas globais e sectoriais dos concelhos, pelo menos entre alguns dos concelhos, questionou, presumimos que temporariamente, a pertinência e a viabilidade dos investimentos nas áreas da cultura e do turismo. Parece-nos que tal sustentabilidade se torna viável desde que integrando, no processo de

concepção, implementação e avaliação das políticas culturais e turísticas, as instâncias de decisão política, regionais e locais, os agentes económicos e turísticos, públicos e privados, e as instâncias técnicas de actuação. É da articulação horizontal entre, pelo menos, estes três níveis de actuação, posicionada e negociada com as redes locais do associativismo e os agentes da intermediação cultural e artística, que as lógicas municipais podem aferir as possibilidades efectivas da sustentabilidade dos seus projectos para os concelhos.

Diríamos que, sem negligenciar os contextos económicos conjunturais, constitui, no momento presente, preocupação política das autarquias da AMP discernir a estratégia mais adequada para fomentar a articulação entre a cultura e o turismo, à escala regional, potenciando sinergias locais e promovendo formas de desenvolvimento local. O que, de igual modo, nos parece pertinente nesse mesmo processo é a sensibilidade política para reenquadrar as divergências interconcelhias, imbuindo as lógicas de actuação da AMP, e dos concelhos que a compõem, de uma menor conflitualidade político-partidária e de uma maior operacionalidade jurídica, organizacional e técnica na concepção, implementação e avaliação dos projectos culturais e turísticos municipais e dos projectos metropolitanos. Exige-se ao tecido político local, a partir do momento em que se inscreve nos desenhos e nas lógicas de configuração territorial como os das áreas metropolitanas, um conjunto de reajustamentos nas suas próprias dinâmicas organizacionais e nas suas lógicas de funcionamento político. Sem desvalorizar e hierarquizar as prioridades políticas dos governos municipais face às possíveis acções num enquadramento formal metropolitano, faz sentido que reposicionemos práticas políticas. Numa lógica integrada do desenvolvimento, a endogeneidade das opções, dos processos e dos efeitos não se sustenta em sentido único: realiza-se, igualmente, na relação com a exogeneidade dos processos e dos actores políticos e económicos, culturais e turísticos.

Outras questões se colocam, *a priori* mais operacionalizáveis, e que se situam no plano da articulação entre a análise e a acção: como articular, num contexto de

exercício do poder político, as lógicas de investigação e as lógicas de intervenção, sustentando a sua pertinência mas, igualmente, viabilizando os diagnósticos dos públicos, dos contextos da oferta e dos modos de procura e de relação com os bens culturais e turísticos? Ou, em contrapartida, como conceber e implementar, nos contextos locais, sistemas de avaliação orientada, controlada e sistemática dos projectos, dos processos e dos resultados, tanto no plano da oferta como no da procura culturais? A criação de observatórios locais e regionais, a relação com os meios universitários e as instâncias técnicas do espaço metropolitano, e os intercâmbios participados entre poder político, associativismo local e regional, actores de intermediação cultural e turística, e actores económicos, são vectores de resposta plausíveis.

Estas questões adquirem tanto mais pertinência quanto mais perspectivadas segundo posicionamentos teórico-metodológicos transdisciplinares. Por outro lado, e em sintonia com as respostas cientificamente fundamentadas, são as práticas políticas que potenciam as mudanças dos cenários culturais locais. Da consonância participada e plural entre o saber investigar o cultural e o saber intervir politicamente sobre o cultural, poder-se-á, também, (re)construir a cidade enquanto território de produção e de recepção cultural e simbólica.